

CONCEPÇÕES DOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DE UMA ESCOLA BÁSICA COM 2º E 3º CICLOS SOBRE O PAPEL DA ESCOLA E DA EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO SEXUAL DOS ADOLESCENTES

Maria do Céu Caridade* & Teresa Vilaça**

*Escola EB2,3 de Cabeceiras de Basto, **Universidade do Minho

*ceucaridade@iol.pt **tvilaca@iep.uminho.pt

Resumo

A família, como primeiro grupo social onde a criança e o adolescente passam uma grande parte da sua vida, é determinante no desenvolvimento da sua personalidade e assume um papel inquestionável na educação sexual (ES), uma vez que a vivência da sexualidade é um dos elementos do processo de desenvolvimento global do indivíduo. No entanto, dado que a educação passa indubitavelmente pela escola, interessa compreender o que pensam os pais sobre a ES dos filhos em contexto escolar.

O presente estudo, visa compreender como é que os encarregados de educação (EE) se posicionam face ao papel que a escola e a Educação em Ciências devem assumir na ES nos 2º e 3º ciclos do ensino básico. Este estudo, de natureza qualitativa, envolve uma amostra propositada de EE (n=12), distribuídos equitativamente pelos dois níveis de ensino. Os dados recolhidos através de uma entrevista semi-directiva, mostram que os entrevistados têm uma atitude positiva face a projectos de ES compreensivos, estabelecem objectivos principalmente relacionados com o conhecimento biológico e defendem o desenvolvimento de parcerias para a implementação destes projectos educativos. Finalmente, reconhecem o papel chave da Educação em Ciências na ES.

Estes resultados sugerem entre outros aspectos, a necessidade de promover a formação de EE em ES orientada para o desenvolvimento de atitudes e valores, bem como, uma melhor parceria entre pais e professores.

1. Introdução

Na sociedade actual, a família está ligada à escola. A partir do momento em que as crianças a frequentam, a escola passa a ser uma componente quotidiana que obriga a que cada família se organize em função dos horários, das exigências feitas por parte da escola, das despesas inerentes à sua frequência, dos juízos nela produzidos, das inúmeras decisões que toma e até das expectativas que provoca nas crianças que, pelo menos durante quinze anos da sua vida, lhe estão próximas a maior parte do dia (Perrenoud, 2001).

No entanto, segundo Perrenoud (2001), quando se pretende analisar as relações escola/ família é necessário ter presente que nem todas as famílias têm sobre a escola a mesma visão, nem vivem a escolaridade dos seus filhos da mesma forma. Se para uns a escola é fonte de alegria e felicidade, para outros é nela que reside a razão de inúmeros conflitos e humilhações, os quais residem, entre outros aspectos, no comportamento ou no desempenho escolar dos seus filhos.

De entre as muitas tarefas do professor, a função de complementaridade com os pais tem de ser assumida, dado que o comportamento escolar do aluno é influenciado pelo ambiente familiar, assim como o comportamento que este terá em casa passa pelo que viveu na escola (Teixeira,

2003). A família é, por excelência, um sistema aberto e, por isso, sujeito a influências vindas do exterior, nomeadamente da escola. Contudo, a família apresenta-se, por vezes, como um sistema fragmentado, onde pai e mãe estão longe de se apresentarem como uma frente unida. Segundo Perrenoud (2001), os professores confrontam-se frequentemente com situações onde pai e mãe manifestam atitudes, expectativas e práticas diferentes. Do mesmo modo, é fundamental não esquecer que a diversidade das famílias é cada vez maior, o que dificulta a definição do conceito de família. Interessa, ainda, e de acordo com este autor, considerar como família o grupo no qual cada criança vive, até porque muitas vezes, não obstante a família contar com a presença do pai e da mãe, não são eles que assumem as verdadeiras responsabilidades sobre a escolaridade, mas antes um outro elemento da família como um tio, um irmão mais velho ou o avô. Esta perspectiva vem ao encontro do conceito de família defendido pela Organização Mundial de Saúde.

É na família que a criança encontra o ambiente mais importante para o seu desenvolvimento, o seu primeiro grupo social, o local onde passa uma grande parte do tempo e, por isso, é determinante no desenvolvimento da sua personalidade. No entanto, e dado que a educação passa indubitavelmente pela escola, interessa compreender o que os pais pensam da educação dos seus filhos, não só da educação em geral mas, também, da educação escolar, sexual e moral (Oliveira, 1994). Só conhecendo as perspectivas dos pais no âmbito da educação dos jovens, se pode estabelecer uma efectiva parceria entre escola e família, onde cada um possa conhecer e assumir as suas responsabilidades.

Nas últimas décadas do século vinte foi pedido aos pais diferentes forma de participação na vida escolar dos seus filhos, desde o reforço das aprendizagens escolares, à complementaridade recíproca entre a escola e a família ou até ao compromisso com a vida escolar dos seus filhos (Oliveira, 1994). De acordo com Vilaça (2006), “a família foi descrita desde o início na Lei Portuguesa como a pedra angular da educação sexual na escola” (p. 472), no entanto, os professores, médicos e psicólogas entrevistados no seu estudo referiram sistematicamente a falta de colaboração dos pais nas actividades da escola, embora colaborem mais na área da educação sexual do que nas outras áreas para que são solicitados.

Os professores têm, por vezes, dificuldades em estabelecer relações com os pais dos meios rurais, invocando razões culturais. Porém, são os pais dos grupos sociais intermédios ou mais elevados quem mais temem, dado se encontrarem numa situação de igualdade ou até superioridade cultural que lhes permite questionar com mais facilidade e frequência a vida escolar dos seus filhos, o que em si, pode constituir uma ameaça ou um perigo para os professores (Lima, 2002). A maior parte dos professores entrevistados por Vilaça (2006) considerou que a opinião dos pais sobre a educação sexual depende muito se o meio é rural ou

urbano. No entanto, a maior parte desses professores também referiu que geralmente “os pais que iam à escola a reuniões de educação sexual, independentemente do meio ser rural ou urbano, concordavam e até se sentiam aliviados por esses assuntos serem tratados na escola” (Vilaça, 2006: 473). Nesse estudo, os mesmos professores referiram que os mitos ou medos dos pais sobre a educação sexual eram algumas das barreiras que enfrentavam ao implementar a educação sexual na escola. Nomeadamente, duas das suas maiores preocupações eram a sua percepção de que os pais pensavam que a educação sexual era apenas falar de comportamento sexual (85%) e que encorajava o início das relações sexuais (85%). Outra preocupação manifestada era pensarem que a maior parte dos pais considerava que a educação sexual era apenas responsabilidade dos pais no seio da família (78%).

Escola e família, constituem dois sistemas que não se podem ignorar, são interdependentes, fazendo a escola parte da vida de cada família que tem filhos em idade escolar. Da mesma forma, a família acaba por, directa ou indirectamente, exercer algum tipo de controlo sobre a escola, particularmente em países como Portugal, onde a lei não só prevê a participação, mas também estimula e incentiva a intervenção dos pais na vida escolar dos seus filhos (Oliveira, 1994).

O número de pais que individual ou colectivamente procuram intervir na forma como a escola lida com os seus filhos, tem, nos últimos vinte anos, aumentado significativamente e a prová-lo está o desenvolvimento das associações de pais. Contudo, a escola tem reagido à participação dos pais de formas muito diversificadas, umas vezes demonstrando a abertura necessária, outras vezes adoptando uma postura defensiva, fechando-se atrás dos seus muros. Torna-se, por isso, imperioso que escola e família estabeleçam relações harmoniosas, promovendo um diálogo permanente, aberto e construtivo (Montadon & Perrenoud, 2001), o que não é tarefa fácil dado que o diálogo é desigual e frágil ou mesmo impossível.

A evolução quer da escola quer da família tem acentuando os desafios na comunicação entre as mesmas. No entanto, a escola, dada a grande diversidade de pontos de vista por parte quer da escola quer dos professores ou dos pais, está, ainda, muito longe de reconhecer os pais como parceiros efectivos (Montadon, 2001). Apesar das dificuldades existentes nas relações entre pais e escola, a formação de uma parceria efectiva entre famílias, comunidades, professores e dirigentes escolares é indispensável para se conseguir uma boa educação para todas as crianças, independentemente da sua condição económica e social (Davies, 2003). Em Portugal, assim como noutros países, as parcerias são possíveis, em todos os tipos de escolas, comunidades e em qualquer nível de ensino.

Para melhor compreender a forma como os pais percebem a educação dos seus filhos, Oliveira (1994) refere os resultados de um estudo feito com 100 casais portugueses onde se

pode concluir que os pais demonstram ter uma imagem positiva da escola, não obstante gostassem de se ver mais envolvidos na vida escolar. O estudo revela que a maior preocupação dos pais são os resultados escolares obtidos pelos seus filhos e a maneira como passam os tempos livres na escola, e reconhecem que o ambiente familiar tem uma grande importância no sucesso educativo.

Segundo Musiti (2003), são vários os trabalhos que demonstram ser vantajoso para os alunos, mas também para os pais, famílias, professores, escola e relações escola/família, a existência de uma efectiva participação dos pais na vida escolar dos seus filhos. Quando esta existe, o autor considera que conseguem obter-se bons resultados na prevenção da dependência das drogas, absentismo escolar, problemas comportamentais e de aprendizagem.

Também no que respeita à educação sexual, as relações escola/família são determinantes. É inquestionável a importância que a família assume na educação sexual das crianças e jovens, uma vez que a vivência da sexualidade é um dos elementos do processo de desenvolvimento global do indivíduo, no qual a família é o primeiro e principal agente. Por outro lado, a educação sexual toca aspectos íntimos, sensíveis e relativos a valores, o que dá às famílias o direito de se pronunciarem. Neste sentido, toda e qualquer intervenção do Estado terá de se subordinar às opções escolhidas pelas famílias, o que implica a necessidade de as envolver no processo educativo (Dias, Ramalheira, Marques, Seabra & Antunes, 2002).

No entanto, tal como é assumido nas linhas orientadoras sobre Educação Sexual em Meio Escolar emanadas pelos Ministérios da Educação e da Saúde (2000) portugueses, a integração das crianças e jovens em contextos socialmente diferenciados, onde experimentam vivências distintas, as quais conduzem a diferentes aprendizagens, nomeadamente no que respeita à sexualidade, obriga a considerar vários agentes educativos exteriores à família. A escola é sem dúvida um destes contextos, o qual assume um papel determinante na educação dos jovens, não só pela abordagem curricular de determinados conteúdos, mas também pela influência do grupo de amigos.

A articulação entre escola e família, no âmbito da educação sexual, é assim assumida como um imperativo. Não obstante poderem existir algumas divergências entre pais e profissionais da educação, decorrentes de diferentes posicionamentos ideológicos, culturais e religiosos, importa não os negligenciar, mas antes, procurar esbatê-los, tendo presente que os interesses dos alunos devem ser salvaguardados. Esta articulação entre escola e família na educação sexual na comunidade escolar é referida por Vilaça (2008) como uma das mais valias dos projectos de educação sexual orientados para a acção e participação dos alunos. A investigadora refere que nas quinze escolas de vários concelhos do Distrito de Braga que participaram num projecto seguindo essa metodologia, a participação dos pais no projecto foi feita no início, quando em

todas as escolas foram informados sobre ele e se lhes pediu a sua opinião mas, por decisão dos professores, sem lhes pedir permissão para o fazer, uma vez que a educação sexual é legalmente obrigatória na comunidade escolar. Na maior parte dessas escolas, os pais também participaram em actividades que os alunos levaram para casa, para fazer com a sua colaboração ou simplesmente para lhes pedir a sua opinião. Também houve um grande número de pais (excepto numa escola) presentes nas acções preparadas pelos filhos. Essa participação foi feita a dois níveis: na preparação da sessão fazendo bolos para o lanche convívio e na participação activa durante a acção. De acordo com a investigadora, na opinião dos filhos e dos pais o projecto serviu como mola impulsadora para o diálogo sobre sexualidade em casa. Para alguns alunos desse projecto, os pais atribuem à escola parte do papel da educação sexual dos filhos e sentem-se orgulhosos com a publicação do seu trabalho num website. Para outros alunos:

“os pais agradecem à escola por esta fazer educação sexual, porque lhes facilita o trabalho de o fazer, ajuda-os a interagir com os filhos (porque lhes tira dúvidas como adultos e cria contextos adequados para o diálogo pais - filhos) ou porque deixam de ter a responsabilidade de o fazer uma vez que o assunto é tratado na escola. Os alunos também referiram os efeitos que as acções realizadas com os pais na escola tiveram sobre a mudança positiva nos diálogos em família sobre sexualidade. A opinião manifestada pela maior parte dos pais entrevistados no final das acções foi muito semelhante à percepção que os filhos tinham sobre o que os pais pensavam.” (Vilaça, 2008: 148)

Partilhando da perspectiva de Metcalfe, Weare, Wijnsma, Williams e Young (2001), acreditamos que à escola cabe a responsabilidade de criar um clima onde, conjuntamente com os pais seja possível discutir qual é o papel e as responsabilidades de cada um. A educação para a saúde em geral e a educação sexual em particular, constituem uma área privilegiada do currículo que pode tomar a dianteira no fortalecimento das relações escola/família.

Envolver encarregados de educação na educação sexual implica, na perspectiva desta investigação, que sejam conhecidas as percepções dos mesmos sobre o papel que a escola deve desempenhar na educação sexual das crianças e jovens. Esta visão da família como tendo o direito e o dever de participar activamente na educação sexual na comunidade escolar foi referida na Lei nº 3/84 (de 24 de Março), na Lei nº 120/99 (de 11 de Agosto) e no Decreto – Lei nº 259/2000 (de 17 de Outubro) e foi reforçada pelo *Plano para uma Política Global de Família* (Conselho de Ministros, nº 7/99) onde se estabeleceu a aplicação de medidas que criassem condições para uma maior participação das famílias na vida escolar, através da organização e da colaboração em iniciativas que tivessem como objectivo a melhoria da qualidade do ensino e a humanização das escolas. Neste sentido, este trabalho pretende vir a ser um contributo para a efectiva implementação da educação sexual na escola, partindo do pressuposto que encarregados de educação e professores têm de ser parceiros efectivos na educação.

Quando os pais são envolvidos na educação sexual em meio escolar, aumenta a sua aceitação da educação sexual na escola, diminui o medo de que esta possa constituir um incentivo ao início da actividade sexual dos seus filhos e torna mais fácil para os pais e professores falarem em conjunto sobre sexualidade (Vilaça, 2006). Neste sentido, esta investigação também é um contributo importante para os professores que fazem educação sexual e para os pais que nela participam, porque se pretende conhecer as percepções de encarregados de educação e professores da escola em estudo, de forma a contribuir para a definição de uma política de educação sexual que tenha presente a realidade local, adopte uma metodologia que supere as intervenções esporádicas, pontuais e isoladas e conduza à elaboração e desenvolvimento de projectos que visem a formação de jovens mais felizes e saudáveis.

A educação sexual tem-se revelado, em vários níveis do sistema educativo, como um tema polémico, controverso e até conflituoso entre a escola e a família (Vilar, 2005). Neste sentido, pretende-se com este estudo confrontar perspectivas potencialmente diferentes, identificar constrangimentos e pontos de vista comuns de forma a contribuir para a clarificação de questões relacionadas com esta problemática e, possivelmente, encontrar e superar as causas que têm dificultado a implementação generalizada da educação sexual em meio escolar.

Considerando o desenvolvimento integral do indivíduo, a transversalidade que deve existir entre os vários ciclos do ensino básico e ainda a interdisciplinaridade, este estudo pretende vir a ser um contributo válido para o conhecimento das percepções existentes sobre a educação sexual por parte dos encarregados de educação dos adolescentes do ensino básico que frequentam o estabelecimento de ensino em estudo.

Tendo presente a relevância que a educação sexual dos jovens assume nos nossos dias, a variedade de intervenientes no processo educativo, a importância atribuída pela legislação em vigor às parcerias, nomeadamente à escola/família e, ainda, os diferentes pontos de vista relativamente a quem compete fazer a educação sexual e como fazer educação sexual na comunidade escolar, interessa investigar qual é o papel que os encarregados de educação atribuem à escola, em geral, e à educação em ciências, em particular, no âmbito da educação sexual nos 2.º e 3.º ciclos e, mais especificamente, da educação sexual dos jovens adolescentes da Escola 2 e 3 em estudo.

Assim, serão apresentados alguns dos resultados obtidos com os seguintes objectivos: i) analisar quais são os objectivos que os encarregados de educação defendem para a educação sexual nos 2.º e 3.º ciclos; e ii) caracterizar o tipo de parcerias que os encarregados de educação consideram que devem ser promovidas na educação sexual nos 2.º e 3.º ciclos.

2. Metodologia

Descrição do estudo

Considerando os objectivos definidos para esta investigação, os intervenientes e a ideia de que os pressupostos essenciais nos quais se deve fundamentar a investigação qualitativa são os acontecimentos serem estudados em situações naturais e haver a necessidade de conhecer a percepção e a interpretação das pessoas que os vivem para os compreender (Tuckman, 1994), realizou-se um estudo de natureza qualitativa em que se utilizou como instrumento de investigação a entrevista semi-directiva (Ghiglione, Matalon, 1997).

Como o objectivo foi investigar as concepções dos encarregados de educação, optou-se por construir um guião orientador da entrevista que, depois de validado, foi usado na amostra. Todas as entrevistas foram realizadas na escola, numa sala que permitiu manter o anonimato do entrevistado. Foi pedida autorização aos entrevistados para se fazer a gravação áudio da entrevista, não tendo nenhum deles recusado. As respostas obtidas foram, posteriormente, transcritas na íntegra e foram sujeitas a uma análise de conteúdo.

Sujeitos do estudo

Relativamente aos encarregados de educação, como em termos materiais e humanos não era possível questionar toda a população, houve a necessidade de definir uma amostra propositada (McMillam & Schumacher, 1997; Patton, 1990). Neste tipo de amostra importa, por isso, assegurar a variedade de pessoas inquiridas, para que nenhuma situação importante na investigação se torne omissa devido à selecção dos indivíduos (McMillam & Schumacher, 1997). Tendo presente que os critérios que devem presidir à escolha de uma amostra passam pela adequação aos objectivos do estudo e pela diversidade dos inquiridos (Albarello, 1997) e, ainda, que a investigação qualitativa se apresenta mais flexível na escolha das técnicas de amostragem, relativamente aos estudos quantitativos (Gall & Borg, 2003), o processo de selecção da amostra propositada, recaiu sobre a amostragem de variação máxima. Este tipo de amostragem permite seleccionar, de acordo com os objectivos do estudo, subgrupos de análise dentro da população, de forma a encontrar os informadores pretendidos (McMillam & Schumacher, 1997).

Face ao exposto, a amostra deste estudo é constituída por 12 encarregados de educação, distribuídos equitativamente pelos dois níveis de ensino que são objecto de investigação no estudo. O critério que presidiu à escolha desta amostra assentou nas habilitações académicas, dado ser pertinente saber se a escolaridade dos pais influencia, ou não, a percepção que estes têm sobre o papel da escola na educação sexual dos adolescentes. De forma a assegurar a diversidade existente na Escola Básica 2 e 3 em estudo foram seleccionados, por cada nível de ensino, dois encarregados de educação, um do sexo masculino e outro do sexo feminino,

detentores de habilitação superior, dois que tinham o 9.º ano de escolaridade e dois com o 4.º ano de escolaridade (tabela 1).

Tabela 1: Caracterização da amostra de Encarregados de Educação (n=12)

EE	Sexo	Idade	Nível de escolaridade	Profissão	Tem formação em ES	Nível de ensino do educando	
						2.º Ciclo	3.º Ciclo
E1	M	46	4.º ano	Construtor Civil			✓
E2	M	48	Licenciatura	Professor 1.ºCiclo	✓		✓
E3	F	39	Licenciatura	Contabilista	✓	✓	
E4	F	47	4.º ano	Doméstica			✓
E5	M	54	4.º ano	Comerciante			✓
E6	F	43	9.º ano	AAE	✓		✓
E7	F	37	Licenciatura	Contabilista		✓	
E8	M	41	Licenciatura	Professor 1.º Ciclo		✓	
E9	M	34	9.º ano	Comerciante			✓
E10	F	30	9.º ano	Profissional de restaurante		✓	
E11	F	45	4.º ano	Empregada doméstica		✓	
E12	M	46	9.º ano	Técnico de Farmácia		✓	

NOTA: EE- Encarregado de educação; E – número do encarregados de educação entrevistado; ES – Educação Sexual; AAE – Auxiliar da Acção Educativa

A idade dos encarregados de educação entrevistados varia entre os 30 e 54 anos. Relativamente à profissão exercida, dois são professores do primeiro ciclo, dois contabilistas, dois comerciantes, um auxiliar da acção educativa, uma doméstica, uma empregada doméstica, um construtor civil, uma empresária da restauração e um técnico de farmácia.

3. Apresentação dos resultados

Objectivos e conteúdos da educação sexual

A maioria dos encarregados de educação da amostra (sete em doze) considera a falta de informação sobre sexualidade, prevenção das ISTs e gravidez nos jovens como uma razão para fazer educação sexual nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico (tabela 2).

Tabela 2: Razões para se fazer ES nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico

	Encarregados de Educação (n=12)												Total	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Não há ES em casa							✓	✓						2
Existem barreiras entre pais e filhos			✓											1
Falta informação sobre sexualidade, prevenção de ISTs e gravidez, nos jovens	✓			✓				✓	✓	✓	✓	✓		7
Educar os adolescentes implica promover a sua saúde sexual		✓					✓							2
A sexualidade é um tabu para os alunos						✓								1
Não respondeu					✓									1

Um encarregado de educação refere que educar os adolescentes implica promover a sua saúde sexual (E2). Outro explica que existem barreiras entre pais e filhos (E3) e outro que a sexualidade é um tabu para os alunos (E6). No que se refere à implementação da educação sexual na Escola Básica 2 e 3 em estudo, todos os participantes na amostra, consideram que as razões são as mesmas apresentadas na tabela 2, dado se tratar de uma escola como outra qualquer.

A maior parte dos encarregados de educação (onze em doze) considera que um dos objectivos da educação sexual para os alunos é conhecer as ISTs, métodos de transmissão e a sua prevenção (tabela 3).

Tabela 3: Objectivos da ES nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico

	Encarregados de Educação (n=12)												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
<i>Conhecer e compreender a dimensão biológica da saúde sexual</i>													
Compreender as mudanças corporais pubertárias	✓	✓		✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓	9
Compreender a morfo-fisiologia do s. reprodutor	✓	✓		✓	✓	✓			✓	✓		✓	8
Compreender o ciclo ovário e uterino	✓	✓		✓	✓	✓			✓	✓		✓	8
Compreender a reprodução	✓	✓		✓	✓	✓			✓	✓		✓	8
Conhecer métodos de planeamento familiar	✓	✓		✓	✓	✓			✓	✓		✓	8
Conhecer as ISTs, meios transmissão/prevenção	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	11
<i>Desenvolver atitudes e valores promotores da saúde sexual</i>													
Aceitar a imagem corporal			✓										1
Aprender a tomar decisões			✓		✓								2
Desenvolver o respeito e a responsabilidade nas relações		✓	✓		✓		✓						4
<i>Outros</i>		✓	✓										2

Os objectivos de conhecimento e compreensão são muito valorizados pelos encarregados de educação. Relativamente às atitudes e valores, quatro dos encarregados de educação inquiridos consideram como objectivo para a educação sexual “desenvolver o respeito e a responsabilidade nas relações interpessoais”. Também referiram como objectivos: ensinar a tomar decisões (dois em doze) e promover a aceitação da imagem corporal (um dos encarregados de educação). Com excepção de um encarregado de educação (E5) todos os que referiram objectivos do domínio das atitudes e valores são licenciados.

Mais de metade (sete em doze) dos encarregados de educação indica as ISTs e os métodos de transmissão e prevenção, como temas a trabalhar nas Ciências. A morfofisiologia do sistema reprodutor é sugerida por cinco, a reprodução e desenvolvimento intra-uterino por quatro, os métodos contraceptivos por três e as mudanças corporais na puberdade e o ciclo ovário e uterino por dois dos encarregados de educação:

Os preservativos. Eu acho que essas coisas estão a ser um bocadinho debatidas, pelo menos, pelo que vejo pelo meu filho. Eu suponho que foi dada a informação que ele deve ter. Na minha opinião acho que (...) não estava lá no livro, porque eu andei à procura [no livro] de alguma informação que não

estava no livro. Portanto, verifiquei que a professora lhe deu extra programa, deu-lhe outras informações e eu achei muito bem. (...) A informação dos contraceptivos que se devem usar, muito de leve, porque tem de ser, mas neste caso dos 2.º e 3.º ciclos já se pode falar.(...) Outro dedicado às DST. (Ent. E3)

Metade dos encarregados de educação (seis) refere ainda como temas a tratar em Ciências as relações interpessoais, quarto referem a gravidez na adolescência, três o início das relações sexuais e dois o aborto. O namoro, o casamento e a maternidade são temas sugeridos para tratar em Ciências, por um dos encarregados de educação. Os extractos seguintes ilustram estas opiniões:

(...) Eles estudam o corpo humano e, por isso, também falam de sexo e de órgãos sexuais. Talvez se deva aproveitar para explicar, por exemplo, que a menina a partir de determinada idade começam a ter o período, tem de começar a tentar estudar, a fazer perguntas, a saber coisas que um dia lhe vão fazer jeito. (...) Não sei, só depois de bem explicado o tema, deve-se deixar que eles façam perguntas. Ser mesmo o professor a dizer: “Quem quer fazer alguma pergunta? Quem tem dúvidas?” (Ent. E6)
Fazer por fases, a parte do início da sexualidade, prevenção, os métodos a utilizar e, depois, depois a maternidade e o aborto era muito importante. (Ent. E7)

É importante referir que cinco dos encarregados de educação referiram ainda como temas a tratar em Ciências: prevenção da violação, agressão e abusos; excesso de população; questões de ética e todos os problemas relacionados com a sexualidade. De salientar que são os encarregados de educação detentores do 9.º ano de escolaridade quem mais se pronuncia sobre esta questão.

Relativamente à implementação da educação sexual na Escola Básica 2 e 3 em estudo, todos os participantes consideram que os objectivos devem ser os mesmos já referidos para a educação sexual nesses níveis de ensino no país, uma vez que estes devem ser os mesmos para todos os alunos, ainda que adaptados à realidade sempre que se justifique: “Eu acho que deve ser igual, mas terá que se jogar com o grupo de alunos, mas isso já é uma temática que a própria escola e os professores terão de definir” (Ent. E3).

A maioria dos encarregados de educação refere não haver necessidade de uma diferenciação na educação sexual em função da região (oito em doze) enquanto que quatro consideram que deve haver diferenciação. Oito inquiridos, são defensores de uma educação sexual igual, independentemente da região na qual se localiza a escola, apresentando para isso diversas razões (tabela 4).

Entre os encarregados de educação defensores da não diferenciação regional, três apontam como razão o facto de os adolescentes experienciarem os mesmos factores de risco em qualquer

meio, um considera que os adolescentes têm as mesmas características psicológicas em qualquer meio e outro refere que é preciso preparar os adolescentes do meio rural para enfrentarem o meio urbano.

Tabela 4: Razões para não haver diferenciação regional da ES nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico

	Encarregados de Educação (n=12)												Total	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Os objectivos da ES devem ser os mesmos em todas as regiões	✓	✓												2
Os adolescentes experienciam os mesmos factores de risco em qualquer meio				✓						✓			✓	3
Os adolescentes têm as mesmas características psicológicas em qualquer meio											✓			1
É preciso preparar os adolescentes do meio rural para enfrentarem o meio urbano	✓													1
Não respondeu					✓		✓							2

Os extractos seguintes tipificam a posição dos encarregados de educação defensores da não diferenciação:

Eu acho que os objectivos poderiam ser os mesmos. A maneira de os abordar é que era talvez um pouco diferente. (...) Porquê? Se calhar até é errado. As pessoas podem pensar que os da cidade têm mais conhecimentos, nesse aspecto até podem ter muito menos conhecimentos. Eu tenho uma experiência muito rica. Eu vivi numa aldeia e sabia como é que os animais praticavam o sexo e sabia como é que nasciam os filhos (...). Isso é uma riqueza que os da cidade não têm (...). Se calhar até com os da aldeia se pode desenvolver esse tema duma maneira mais directa, porque eles já têm conhecimentos das coisas (...) do cão, da cadela, do gatinho, dos coelhos que tiveram muitos coelhos, viram-nos nascer (...) e os da cidade não sabem nada. Como perguntar de onde vem o leite, vem do supermercado, não é? Os das aldeias sabem que o leite vem da vaquinha. (Ent. E3). Embora dantes nas cidades os perigos fossem maiores, agora por aqui já é tudo igual, o mal tanto está aqui como nas cidades. (Ent. E4). Eu acho que as pessoas são todas iguais. (...) Devem aprender todas o mesmo. (Ent. E11). Eu acho que deve ser por igual, porque os perigos tanto acontecem nos meios rurais como nas cidades. (Ent. E12)

Dois dos encarregados de educação inquiridos, não obstante serem defensores da não diferenciação da educação sexual, não apontam razões para justificar a sua opinião.

Co-parcerias a Estabelecer pela Escola para a Educação Sexual

Quando questionados sobre a necessidade que a escola tem em estabelecer parcerias e encontrar colaboradores para fazer educação sexual, sete dos encarregados de educação, consideram que a escola deve ter colaboração de outras instituições ou especialistas e cinco pensam que a escola não deve ter essa colaboração (tabela 5).

Tabela 5: Colaboração a estabelecer na ES nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico

	Encarregados de Educação (n=12)												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
A escola não deve ter colaboração	✓				✓	✓					✓	✓	5
A escola deve ter colaborações		✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓			7

Os extractos seguintes ilustram as opiniões contra o estabelecimento de colaborações da escola com outras instituições:

Se calhar será mais importante sozinha, porque senão pode passar por ser uma brincadeira, porque os meus filhos já me têm transmitido que quando se fala disso na escola, que há tempos vieram aí fazer uma coisa no género disso e que houve uma miúda que (...) “olha eu quero mais um preservativo, eu quero mais não sei o quê”, se calhar será mais importante de cara a cara 3 ou 4 alunos e dizer-lhes “meus amigos é isto e isto e isto (...)” (Ent. E1). Acho que dentro escola já existem professores para isso, já existem psicólogos e professores com formação para o fazer, para dar essa ajuda, para dar essas aulas, essa formação (Ent. E6). Acho que a escola deverá fazê-lo sozinha, agora deve é ter pessoas competentes para dar essa formação. (Ent. E12)

Importa referir que os encarregados de educação que se manifestaram contra as parcerias externas à escola no âmbito da educação sexual possuem o 6.º ou o 9.º ano de escolaridade.

Dos encarregados de educação que se manifestaram favoráveis às parcerias (sete em doze), a maioria (quarto em sete) refere o Centro de Saúde, um refere as Autarquias e outro a Guarda Nacional Republicana (tabela 6).

Tabela 6: Tipo de colaboração a estabelecer na ES não os 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico

	Encarregados de Educação (n=7)												Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	
<i>Pedir a colaboração a instituições</i>													
Centro de Saúde			✓						✓	✓	✓		4
Autarquias										✓			1
GNR			✓										1
<i>Pedir a colaboração a pessoas específicas</i>													
Psicóloga da escola					✓								1
Farmacêutico			✓	✓			✓						3
Enc. Educação			✓					✓					2

No que toca a entidades individuais, três referem o farmacêutico e dois os encarregados de educação. Na óptica dos encarregados de educação favoráveis às parcerias, a maioria (seis em sete) menciona a participação destes na formação dos alunos, dos professores e dos pais (E2, E3, E4, E7, E8 e E9), enquanto que dois mencionam o fornecimento de material didáctico (E8, E9) e a colaboração na concepção do projecto de educação sexual (E3, E4).

Papel dos Encarregados de Educação na Educação Sexual na Comunidade Escolar

Na perspectiva dos encarregados de educação, são vários os contributos que devem dar à escola no âmbito da educação sexual (tabela 7).

O seu contributo passa por conversar com os professores (cinco em doze), falar com os filhos em casa sobre sexualidade (quarto) e fazer formação específica na escola (três).

Tabela 7: Contributos dos encarregados de educação na ES nos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico

	Encarregados de Educação (n=12)												Total	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12		
Colaborar na concepção do projecto ES			✓						✓					2
Participar em actividades na escola com alunos e professores				✓						✓				2
Assistir a formação especificamente para pais		✓	✓								✓			3
Não serem obstáculo à ES na escola														
Conversar com os professores sobre ES	✓		✓	✓				✓				✓		5
Falar com os filhos em casa sobre sexualidade	✓				✓					✓			✓	4
Partilhar o que sabem sobre ES entre eles								✓	✓					2
Não respondeu							✓							1

A participação na concepção do projecto de educação sexual é referido por dois encarregados de educação, os quais são licenciados:

Eu acho que a parte mais interessada, devem ser os pais. Eu acho que os pais devem estar sempre a seguir à escola. Eu não acho que os pais não devem estar a seguir à escola, eu acho que os pais estão primeiro que a escola e depois está a escola e depois estão os pais. É a minha maneira de ver. Primeiro os pais, depois a escola e depois os pais. A escola vai complementar a educação dos pais. Portanto, se fizermos uma sanduiche, fica completa (...). Depois, fora disso, os profissionais de saúde para falar das doenças e decerto um psicólogo. Lá está, eu falo na saúde, uma pessoa com experiência na educação sexual, um ginecologista, uma psicóloga, para conseguir falar de certas áreas. (Ent. E3)

Tal como descreve este encarregado de educação, a maior parte deles atribui a si próprios um papel decisivo na educação sexual na comunidade escolar. Por um lado, porque consideram que os primeiros educadores dos alunos são os próprios pais e, por outro lado, porque consideram que a educação na escola deve ser uma continuidade da educação dada pela família em casa.

4. Discussão dos resultados, conclusões e implicações para o futuro

Todos os participantes neste estudo defendem que a escola deve fazer educação sexual, o que vai de encontro ao previsto na legislação portuguesa referida anteriormente e aos resultados de vários estudos Portugueses (Oliveira, 1992, 1995; Farias, 2002; Roque, 2001; Mariano, 2006; Vilaça, 2006). A razão mais apontada pelos inquiridos para o fazer, prende-se com a necessidade de prevenir as ISTs e a gravidez nos jovens, o que é concordante com os resultados

do estudo de Oliveira (1992), nos quais os adolescentes do concelho da escola em estudo são considerados um grupo de risco no que se refere a doenças sexualmente transmissíveis e à gravidez. Os objectivos da educação sexual referidos pelos encarregados de educação, embora predominantemente do domínio biológico, reflectem as várias dimensões que devem integrar a educação sexual segundo o GTES (2007), Dias *et al.* (2002), López (1990), Zapian (2002, 2003) e Vilaça (2006). Os referidos objectivos, na perspectiva dos inquiridos, devem ser os mesmos para a escola em estudo, ainda que adaptados sempre que se justifique. A maioria dos participantes na investigação defende uma educação sexual igual em todas as regiões, dado as características, necessidades, informação e vivências dos adolescentes serem globalmente as mesmas.

Dado que mais de metade dos encarregados de educação considera que a escola deve estabelecer parcerias no âmbito da educação sexual, pode afirmar-se que estes resultados vão de encontro ao defendido por Davies (2003) e Musitu (2003). No que respeita ao contributo de cada colaborador pode concluir-se que, dado a participação na formação de alunos, professores e pais ser a mais referida pelos participantes nesta investigação, a escola necessita do apoio de técnicos especializados para fazer educação sexual o que vem ao encontro dos resultados de Oliveira (1992), segundo os quais os professores têm pouca formação em educação sexual, mas mostram disponibilidade para participar em projectos e fazer formação.

Pode, em síntese, afirmar-se que os encarregados de educação são defensores da sua participação como co-parceiros na educação sexual, defendem a sua participação nas actividades da escola, a sua formação específica nessa área e falar com os filhos em casa sobre educação sexual, o que vem de encontro ao defendido por vários estudos (Muñoz, 1998; Perrenoud, 2001; Dias *et al.*, 2002; Davies, 2003).

Dos resultados deste estudo e das conclusões formuladas, nomeadamente, a importância atribuída pelos participantes neste estudo à educação sexual em meio escolar, decorrem algumas implicações que importa ter presente. Se é certo que a escola tem responsabilidades, esta não pode estar sozinha, também a família tem a sua quota-parte de responsabilidades, pelo que é imprescindível comprometer os encarregados de educação no seu envolvimento em projectos de educação sexual, não esquecendo que também muitos destes necessitam ver contemplada a sua formação. Para que tal parceria se torne real e produza frutos, é imprescindível aumentar e tornar mais eficiente a comunicação entre professores e pais. Reconhecendo o papel fundamental da família na educação sexual das crianças e jovens e a necessidade de efectivar parcerias escola/família, importa conhecer formas de participação dos pais na

implementação de projectos de educação sexual em meio escolar, bem como a formação que necessitam para o fazer.

Referências

- Albarello, L., Digneffe, F., Hiermaux, J., Moroy, C., Ruquoy, D., Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Davies, D. (2003). A Colaboração Escola-Família-Comunidade: Uma Perspectiva Americana. In C. Pinto, M. Teixeira (Orgs.), *Pais e a Escola - parceria para o sucesso*. Porto: Edições ISET, 71-94.
- Dias, A., Ramalheira, C., Marques, L., Seabra, M. & Antunes, M. (2002). *Educação da Sexualidade no Dia-a-Dia da Prática Educativa*. Braga: Ed. da Casa do Professor.
- Farias, J. (2002). *Atitudes dos Pais Encarregados de Educação Face à Educação Sexual. Estudo com Pais Encarregados de Educação de Alunos do 2.º Ciclo da Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos do Teixoso*. Dissertação de Mestrado (não publicada). Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Gall, M., Borg, W., Gall, J. (2003). *Educational Research. An Introduction. United States of America*: Longman Pub.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1997). *O Inquérito: Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- Lima, J. (2002). A Cooperação entre Pais e Professores: Contornos de uma questão controversa. In J. Lima, (Orgs.), *Pais e Professores. Um desafio à cooperação*. Porto: Edições ASA, 7-21.
- López, F. (1990). *Educacion Sexual*. Madrid: Fundación Universidad-Empresa.
- Mariano, M. (2006). *A Educação Sexual na Escola. Um Estudo com Alunos e Professores do Ensino Básico*. Dissertação de Mestrado (não publicada). Braga: Universidade do Minho.
- McMillan, J., Schumacher, S. (1997). *Research In Education. A Conceptual Introduction* (Fourth Edition). United States of America: Allyn & Bacon.
- Metcalfé, O., Weare, K., Wijnsma, P., Williams, T., Williams, M., Young, I. (2001). *Promover a Saúde da Juventude Europeia – Educação para a Saúde nas Escolas. Manual de Formação para Professores e outros Profissionais que Trabalham com Jovens*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Ministério da Educação e Ministério da Saúde (2000). *Educação Sexual em Meio Escolar – Linhas Orientadoras*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Montadon, C., Perrenoud, F. (2001). *Entre Pais e Professores. Um Diálogo Impossível? Para Uma Análise Sociológica das Interações Entre a Família e a Escola*. Oeiras: Celta Editora.
- Montadon, C. (2001).** O Desenvolvimento das Relações Família-escola. Problemas e Perspectivas. In Montadon, C., Perrenoud, F. (Orgs.), *Entre Pais e Professores, Um Diálogo*

Impossível? Para Uma Análise Sociológica das Interações Entre a Família e a Escola. Oeiras: Celta Editora, 13-28.

Muñoz, F. (1998). La Educación Afectivo-Sexual en la Escuela. In M. González, (Orgs.), *La Educación para la Salud del siglo XXI. Comunicación Y Salud*. Madrid, Ediciones Díaz de Santos, S. A., 355-364.

Musitu, G. (2003). A Bidireccionalidade da Relações Família/Escola. In C. Pinto, M. Teixeira, (Orgs.), *Pais e a Escola – parceria para o sucesso*. Porto: Edições ISET, 141-174.

Oliveira, F. (1992). *Sexualidade. Conhecimentos, Comportamentos e Opiniões. Pontos de Vista de Adolescentes Escolarizados e não Escolarizados, Pais e Professores. Estudo no Concelho de Cabeceiras de Basto. II Ciclo de Estudos Especiais em Saúde Escolar* (não publicado). Lisboa: Escola Nacional de Saúde Pública.

Oliveira, F. (1995). *Contribuição para o Estudo da Adolescência. Experiência de Três anos com Jovens em Cabeceiras de Basto*. (Trabalho não publicado). Cabeceiras de Basto: Centro de Saúde de Cabeceiras de Basto.

Oliveira, J. (1994). *Psicologia da Educação Familiar*. Coimbra: Livraria Almedina.

Patton, M. (1990). *Qualitative Evaluation and Research Methods*. London: Sage Publications.

Perrenoud, F. (2001). *O Que a Escola Faz às Famílias*. In C. Montadon, F. Perrenoud, (Orgs.), *Entre Pais e Professores, Um Diálogo Impossível? Para Uma Análise Sociológica das Interações Entre a Família e a Escola*. Oeiras: Celta Editora, 56-112.

Roque, O. (2001). *Semiótica da Cegonha. Jovens, Sexualidade e Risco de Gravidez não Desejada*. Évora: APF.

Tuckman, B. (1994). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: F. Calouste Gulbenkian.

Vilaça, T. (2006). *Acção de Competência de Acção em Educação Sexual: Uma Investigação com Professores e Alunos do 3.º Ciclo de Ensino Básico e do Ensino Secundário*. Tese de Doutoramento (não publicada). Braga: Universidade do Minho.

Vilaça, T. (2008). Projecto de Educação Sexual Orientado para a Acção e Participação: Efeitos nas Escolas, Professores, Pais e Alunos. In F. Cruz (org.), *Actas do III Congresso Internacional Saúde, Cultura e Sociedade*. Bragança: AGIR-Associação para a Investigação e Desenvolvimento Sócio-Cultural, 128-159.

Vilar, D. (2005). Educação Sexual nas Escolas: um tema polémico??? *Revista Educação Sexual em Rede*, 2, 1-2.

Zapian, J. (2002). Educação afectivo-sexual. Universidade do País Basco/Euskal Herriko Unibertsitatea. *Revista Sexualidade & Planeamento Familiar*, 35, 33-38.

Zapian, J. (2003). Educação afectivo-sexual na escola. *Revista Sexualidade & Planeamento Familiar*, 36, 33-38.